Uma agricultura mais previsível

LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

O Plano Real acabou de completar três anos de existência. Nesse período, o IGP da FGV acumulou 46%, enquanto a variação da cesta básica ficou entre 5 e 10%. Estes números são mais do que suficientes para mostrar a significativa transferência de renda da produção para o consumo. Mas a contribuição da agricultura não se limita apenas a dar sustentação ao plano — a chamada âncora verde — para arrefecer a inflação. Outro importante benefício promovido pelo setor vem ocorrendo no saldo da balança comercial.

Durante o processo de consolidação do Plano Real, a agricultura amargou uma profunda crise de renda e de liquidez, mais especificamente em 1995, com graves e profundas seqüelas para o agribusiness. Os balanços de muitas empresas de insumos, máquinas e equipamentos foram castigados com o alto nível de inadimplência e a subida das taxas de juros. Grandes distribuidores, revendas tradicionais e canais importantes de comercialização abandonaram os negócios. Agricultores sofreram enormes prejuízos com o desabamento dos preços e a falta de cobertura do preço mínimo pelo governo. Disso resultou que, desde a safra 1993/94, pelos dados da Conab, a área plantada com cereais e oleaginosas vem tendo queda no Brasil.

O setor só saiu das cinzas a partir da comercialização da safra 1995/96, mas as feridas abertas levarão mais tempo para ser cicatrizadas. Sem espaço para se imaginarem mudanças radicais e melhorias no curto prazo, pode-se hoje até arriscar a afirmação de que a agricultura está se tornando um pouco mais previsível. No que depender das condições internas, não haverá abalos suficientemente fortes para desviar a atividade da rota do saneamento econômico-financeiro.

Nessa direção, as expectativas voltam-se para a próxima safra, tendo em vista o plantio das lavouras de verão, onde se colhe o grosso da produção nacional (mais de 90%). Mas o que esperar concretamente para o próximo ano?

No rol das medidas anunciadas pelo governo, relacionadas a quantidades e limites de crédito, taxas de juros e preços mínimos, está a promessa de liberar R$8,2 bilhões, sendo que aproximadamente R$5,2 bilhões virão da exigibilidade bancária (25% sobre os depósitos à vista). Os juros serão de 9,5% a.a., com uma redução do então vigente de 12% a.a. A conta total deverá ser fechada com recursos captados no exterior e repassados internamente a custo mais caro.

O Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) foi contemplado com R$1,6 bilhão (R$1 bilhão para o custeio das lavouras e R$650 milhões para investimentos) a juros de 6,5% a.a. Estima-se que 70 mil produtores serão beneficiados pelo programa. Os empréstimos com o Pronaf alcançaram R$550 milhões até o fim do primeiro semestre deste ano (R$350 milhões para investimentos e R$200 milhões para custeio), sendo que 11% dos empréstimos, foram realizados pelos bancos privados.

Durante o plantio da safra 1996/97, no segundo semestre de 1996, foram liberados R$5,2 bilhões, dos quais R$4,14 bilhões, a juros controlados, se originaram da exigibilidade dos bancos, do Tesouro Nacional e da poupança; a parcela restante, de R$1,1 milhão, veio de empréstimos externos, a chamada 63 "caipira", que no ano todo totalizou R$2,7 bilhões.

Para 1997, os estudos projetam crescimento dos recursos obrigatórios da rede bancária, basicamente em decorrência de três fatores:

- o aumento nos depósitos à vista: nos 12 meses, até abril, houve expansão de 67%;
- a elevação da taxa de exigibilidade sobre os depósitos à vista, de 17 para 25%;
- a contribuição provisória sobre movimentação financeira — a CPMF —, que, em função da baixa inflação, contribui para o aumento dos depósitos à vista.

De fato, os financiamentos de custeio, investimentos e comercialização agrícolas do Banco do Brasil cresceram 84% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 1996: passaram de R$1,2 bilhão para R$2,3 bilhões. Os bancos particulares tiveram até mesmo incremento maior, tanto assim que na composição dos empréstimos totais aumentaram a participação de 30 para 40%.

O Banco do Brasil projeta receber R$600 milhões em outubro, como pagamento da primeira parcela da securitização das dívidas dos agricultores. A quantia pode ter pequena variação para cima ou para baixo, de acordo com os prazos de rolagem dos contratos e da capacidade de pagamento dos agricultores. O BB securitizou R$6,2 bilhões, em prazos que vão de sete a 10 anos, até R$200 mil por produtor. A entrada desses recursos é importante para o financiamento da safra 1997/98.

Em termos de recursos para o crédito rural constata-se, portanto, maior disponibilidade. Resta saber se os agricultores

estarão com o cadastro em ordem para terem capacidade de tomar empréstimos. A Confederação Nacional da Agricultura estima que nada menos de 50% dos agricultores optantes da securitização poderão ficar fora do crédito rural se não houver algum abrandamento nas exigências bancárias.

O anúncio do plano de safra foi bastante *low profile*, fugindo da praxe dos últimos tempos, sempre marcado muito mais por inclinações de *marketing*, em torno de promessas e expectativas não realizáveis. As posições otimistas de se obter uma safra recorde — muito possível até — foram colocadas em segundo plano. O grande fato é que a estabilidade macroeconômica sustentada pelo Plano Real vai gradativamente possibilitando ao governo dar força para a agricultura, depois do tremendo desastre sofrido em 1995.

Com efeito, há ações efetivas muito importantes a serem contabilizadas, porque já mostram resultados de natureza prática, como:

- a securitização, que depois de muitas idas e vindas, possibilitou uma renegociação de débitos no valor de R$8,2 bilhões para 340 mil agricultores;

- a operação 63 "caipira", que permitiu o acesso a crédito externo, com juros menores do que os praticados internamente;

- as Cédulas do Produtor Rural, que são um título emitido pelo agricultor, avalizado pelo Banco do Brasil, para a venda antecipada da safra. No começo, na safra 1994/95, o BB emitiu 120 cédulas de contratos, equivalentes a R$30 milhões. Na safra 1995/96 foram emitidos 800 contratos, no valor de R$65 milhões, enquanto na safra 1996/97 já alcançam 1.000 unidades e movimentam R$80 milhões. Os principais produtos são café e soja, com mais de 90% da demanda. Estima-se que o potencial de negócios para o mercado brasileiro seja de R$2 bilhões por ano-safra.

Há também outras providências em curso, que, uma vez implementadas, abrirão maiores perspectivas para a agricultura, como nos casos:

- do recente plano de capitalização das cooperativas, sob a coordenação da Organização das Cooperativas Brasileiras, que prevê investimento de R$1,7 bilhão para o setor. No Brasil, a rede cooperativista (1.388 agrícolas e 859 de crédito), que participa com 30% da produção nacional, deve passar por reestruturação e enxugamento;

- do pagamento das dívidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, após seis anos, para 60 mil produtores. O Tesouro Nacional recebeu autorização do Ministério da Fazenda para emitir R$636 milhões a serem entregues aos bancos agentes do crédito rural e repassados aos produtores. Outros R$300 milhões contratados pelos produtores fora do crédito rural também serão pagos com recursos orçamentários da agricultura (R$97 milhões ainda neste ano e os R$203 milhões complementares em 1998);

- do processo de abertura das operações de contratos agrícolas para investidores internacionais, que trará grande impulso à modernização da produção brasileira, somando-se aos instrumentos existentes de opções de venda, Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) e as opções de compra. Na Bolsa de Chicago, a maior do mundo em comercialização futura de commodities, os produtos agrícolas respondem por 15% do seu movimento.

Safra 1997/98

Preços mínimos e limites de financiamento

Produtos	Unidade	Limite de financiamento (R$)	Regiões	R$
Algodão		300 mil	Brasil todo	
caroço	15kg			7,00
pluma	15kg			24,50
Arroz em casca		150 mil		
irrigado	50kg		Brasil todo	10,53
sequeiro	60kg		S, SE, NE, CO (exceto MT)	9,30
	60kg		MT e TO	8,97
	60kg		N (exceto TO)	8,46
Feijão	60kg	150 mil	CS	26,00
			Rondônia	24,00
Milho	60kg	150 mil	S, SE, TO, sul da Bahia, MA e PI	6,70
Soja	60kg	100 mil (CO e N)	S, SE e CO (exceto MT)	9,50
		40 mil (outros estados)	MT, PA, TO e NE AM, AC e RO	9,00

Fonte: Conab.
Notas: Limite de adiantamento: mandioca, sorgo e trigo = R$150 mil; outras culturas = R$ 40 mil; criação (gado de corte, leite, suínos e aves) = R$ 40 mil.

Neste quadro de melhoria da liquidez, a grande vedete da agricultura em 1997 é a soja, embalada pelo *boom* de preços no mercado mundial. Em condições normais, é muito provável que a oleaginosa tenha uma colheita recorde, que supere 28 milhões de toneladas. O café, se bem que fora da produção de grãos, teve também um ano excepcional. O milho, que pesa muito no tamanho da safra, é ainda uma incógnita, já que uma possível perda de área para a soja pode ser compensada na chamada *safrinha*. O algodão deverá recuperar área plantada, depois de chegar no fundo do poço na última safra. Para arroz e feijão não se esperam fortes mudanças. No conjunto, é bem possível até que o Brasil tenha uma leve expansão de área na safra de verão, o que é nada esfuziante para a regressão ocorrida no plantio dos últimos anos. Já a safra de inverno, capitaneada pelo trigo, dependerá em muito da injeção de estímulo do governo, em termos de preços e recursos.

Enfim, em termos de política agrícola, o presidente Fernando Henrique encerra sua gestão na safra 1997/98. Qualquer avaliação sobre o desempenho do governo na agricultura de 1995 a 1998 passa muito ainda pelo que deverá ser feito nesses próximos 18 meses. O setor foi penosamente onerado no começo do Plano Real e ainda se ressente sobremaneira desse impacto. Tanto as medidas em curso como as já assinaladas poderão trazer grandes compensações e abrir a médio prazo novas perspectivas para a construção de uma política plurianual voltada para os mercados internos e externos, a exemplo da Farm Bill, dos EUA, e da Política Agrícola Comum, da União Européia.